



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ

Aprovada na 66ª R.O. CERHI-RJ, em 09/12/2015

Aos cinco dias do mês de novembro ano de dois mil e quinze, no auditório da Defensoria Pública, na Av. Marechal Câmara nº 314, 2º andar, Centro, RJ, com início previsto para as 10h00min, realizou-se a 65ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, contando com a presença dos senhores: **membros titulares:** Livia Soalheiro Romano (INEA), Eliane Barbosa (INEA), Carlos da Costa e Silva Filho (PGE), Marina Fernandes Bez (FIPERJ), Carlos Amaro Chicarino (Prefeitura de Volta Redonda – Daniela Vasconcelos), Gilberto Fugimoto de Andrade (Apedema-RJ), Alexandre Braga (CCRON), Marcos Sant’anna Lacerda (Instituto Terrazul), José Paulo Soares de Azevedo (UFRJ), Humberto José T.R. de Albuquerque (ABAS), José Alfredo C. Sertã (ABES-RJ), Décio Tubbs Filho (CBH Guandu), Dalva Rosa Mansur (CBH LSJ), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPSul), Nélío Lopes Rodrigues (CEDAE), Cláudia Barros (Saneamento Ambiental Águas do Brasil), Jorge Vicente Peron Mendes (FIRJAN), Barbara C. F. M. Pithon (Eletronuclear), Vinicius Crespo (Fecomercio), Zenilson do Amaral (ASFLUCAN); **membros suplentes:** Moema Versiani Acseirad (INEA), Elisa Bento (DRM), José Fernandes Lisboa Neto (Acampar-RJ), Roberto Machado de Oliveira (Instituto Interdisciplinar Rio Carioca), Fátima de Lourdes Casarin (O Nosso vale! A nossa vida), Alexandre de Bonis (CBH BG), Affonso Henrique de Albuquerque Junior (CBH Macaé e das Ostras), João Gomes Siqueira (CBH Baixo Paraíba do Sul), Keila Ferreira (Prolagos), Maria Aparecida B. Pimentel (ENERGISA); **ausências justificadas:** Antônio Ferreira da Hora (SEA), José Edson Falcão (SEA), Marie Ikomoto (INEA), Zacarias Albuquerque (Prefeitura de Campos dos Goytacazes), Leandro Q. Peixoto (Prefeitura de São Fidélis), David Michel Miller (Associação de Moradores da Granja Guarani), Claudio Cesar Boscov Graffunder (Companhia Siderúrgica Nacional), José Gomes Barbosa (LIGHT), **ausências:** Rachel B. Prado (Embrapa Solos), Marcos Antônio de Sá Machado (Prefeitura de São João da Barra), Waldemiro Barbosa de Andrade (Prefeitura do Barra do Pirai – Suplente), José Edmundo Victor (Prefeitura de Bom Jesus de Itabapoana - Suplente), Flávia Lanari (Apalma), Teresa Priscila Ducasble Gomes (Instituto Ipanema – Suplente), Ediel Caldas dos Santos (Rede Ecológica Greenbelt – Titular), Marcelo Bassi Costa (Instituto Aço Brasil - Titular), Gláucio Freira (EDF-NF) – Suplente, Osvaldo de Freitas Borges (EDF-NF), Joana N. Siqueira (APROMEP - Suplente), Leopoldo Carrielo Erthal (FAERJ), José do Amaral Ribeiro Gomes (Sindicato Rural de Campos); e **convidados:** Paulo Souza (Comitê – Piabanha), Igor Braga (FFCBH), Sergio de Siqueira Bertoche

(ICMBTO), Renata Vasconcelos (INEA/GEAGUA), Aline Alvarenga (AGEVAP), Amanda Mendes (PROLAGOS), Ulisses Mansur (FADUC), Fábio (INEA), Arthur Andrade (Consortio LSJ), Júlio Antunes (Guandu), Alexandre (INEA/GEAGUA), Verônica da Mata (ALERJ), Leonardo Fernandes (INEA/GEIRH), Isabella Assumpção (CJSJ), Catia Siqueira (INEA), Aderson Martins). Esta reunião teve a seguinte pauta: **1.** Aprovação da pauta; **2.** Aprovação da minuta da Ata da 20ª R.E CERHI-RJ de 19/08/2015; **3.** Aprovação da minuta da Ata da 64ª R.E CERHI-RJ de 09/06/2015; **4.** Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a prorrogação da indicação da associação pró-gestão das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul – AGEVAP como entidade delegatária das funções de agência de água, tendo como interveniente os comitês de bacia do Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios, Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (Ref. Resoluções: CBH Rio Dois Rios nº 38, CBH MPS nº 49, CBH Piabanha nº 30 e Res. CBH BPS nº 13); **5.** Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária de funções de agência de água do comitê dos comitês de bacia das regiões hidrográficas do Médio Paraíba do Sul, do Rio Dois Rios, do rio Piabanha e do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (Ref. Resoluções: CBH Rio Dois Rios nº 38, CBH MPS nº 49, CBH Piabanha nº 30 e Res. CBH BPS nº 13); **6.** Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a prorrogação da indicação da associação pró-gestão das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul – AGEVAP como entidade delegatária das funções de agência de água, tendo como interveniente o comitê das bacias hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim - Região Hidrográfica II (Ref. Res. CBH Guandu nº 117); **7.** Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária de funções de agência de água do comitê das bacias hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim - Região Hidrográfica II (Ref. Res. CBH Guandu nº 117); **8.** Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária de funções de agência de água do comitê da bacia hidrográfica da Baía de Guanabara - Região Hidrográfica V (Ref. Res. CBH BG nº 28); **9.** Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre o apoio à secretaria executiva do Fórum Nacional de Comitês de bacias hidrográficas para os exercícios de 2016 e 2017; **10.** Minuta Resolução CERHI-RJ que destina recursos da compensação financeira para complementação dos planos de bacia das Regiões Hidrográficas Médio Paraíba do Sul, Rio Dois Rios, Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana e Piabanha; **11.** Moção que recomenda ao conselho nacional de recursos hídricos análise para definição da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da união em áreas circunscritas a unidades estaduais fluminenses de gerenciamento de recursos hídricos; **12.** Apresentação da CT-AS sobre a avaliação do Projeto de Lei nº 408, que dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do estado; **13.** Contribuições do CERHI-RJ sobre o Projeto de Lei do PSA; **14.** Apresentação das moções do ENCOB e ECOB; **15.** Situação da implementação do PERHI; **16.** Assuntos Gerais. Após verificação de quórum, a Sra. Eliane

Barbosa deu início à reunião às 16h50min. **1º item: Aprovação da pauta.** Foi inserido um novo item, então a pauta foi alterada conforme a seguir: **1.** Aprovação da pauta; **2.** Aprovação da minuta da Ata da 20ª R.E CERHI-RJ de 19/08/2015; **3.** Aprovação da minuta da Ata da 64ª R.E CERHI-RJ de 09/06/2015; **4.** Resolução CBH-BIG nº 009 que dispõe sobre a aprovação do plano de ações e aplicação de recursos financeiros constantes na subconta do comitê de bacia da baía da ilha grande – CBH BIG no fundo estadual de recursos hídricos – FUNDRIH; **5.** Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a prorrogação da indicação da associação pró-gestão das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul – AGEVAP como entidade delegatária das funções de agência de água, tendo como interveniente os comitês de bacia do Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios, Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (Ref. Resoluções: CBH Rio Dois Rios nº 38, CBH MPS nº 49, CBH Piabanha nº 30 e Res. CBH BPS nº 13); **6.** Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária de funções de agência de água do comitê dos comitês de bacia das regiões hidrográficas do Médio Paraíba do Sul, do Rio Dois Rios, do rio Piabanha e do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (Ref. Resoluções: CBH Rio Dois Rios nº 38, CBH MPS nº 49, CBH Piabanha nº 30 e Res. CBH BPS nº 13); **7.** Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a prorrogação da indicação da associação pró-gestão das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul – AGEVAP como entidade delegatária das funções de agência de água, tendo como interveniente o comitê das bacias hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim - Região Hidrográfica II (Ref. Res. CBH Guandu nº 117); **8.** Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária de funções de agência de água do comitê das bacias hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim - Região Hidrográfica II (Ref. Res. CBH Guandu nº 117); **9.** Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária de funções de agência de água do comitê da bacia hidrográfica da Baía de Guanabara - Região Hidrográfica V (Ref. Res. CBH BG nº 28); **10.** Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre o apoio à secretaria executiva do Fórum Nacional de Comitês de bacias hidrográficas para os exercícios de 2016 e 2017; **11.** Minuta Resolução CERHI-RJ que destina recursos da compensação financeira para complementação dos planos de bacia das Regiões Hidrográficas Médio Paraíba do Sul, Rio Dois Rios, Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana e Piabanha; **12.** Moção que recomenda ao conselho nacional de recursos hídricos análise para definição da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da união em áreas circunscritas a unidades estaduais fluminenses de gerenciamento de recursos hídricos; **13.** Apresentação da CT-AS sobre a avaliação do Projeto de Lei nº 408, que dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do estado; **14.** Contribuições do CERHI-RJ sobre o Projeto de Lei do PSA; **15.** Apresentação das moções do ENCOB e ECOB; **15.** Situação da implementação do PERHI; **16.** Situação da implementação do PERHI; **17.** Assuntos Gerais. **2º**

item: Aprovação da minuta da Ata da 20ª R.E CERHI-RJ de 19/08/2015: Aprovada por unanimidade. **3º item: Aprovação da minuta da Ata da 64ª R.E CERHI-RJ de 09/06/2015:** Aprovada por unanimidade. **4º item: Resolução CBH-BIG nº 009 que dispõe sobre a aprovação do plano de ações e aplicação de recursos financeiros constantes na subconta do comitê de bacia da baía da Ilha Grande – CBH BIG no fundo estadual de recursos hídricos – FUNDRHI.** A Sra. Eliane Barbosa apresentou o item e passou a palavra para a Srta. Livia Soalheiro que fez uma breve síntese sobre a mencionada Resolução. Informou que a proposta da Resolução do CBH-BIG nº 09 passou pela Câmara Técnica de Instrumento de Gestão (CTIG) em agosto/2015, sendo aprovada. Em seguida foi analisada pela Câmara Técnica de Instrumento Legal (CT-IL), onde os membros fizeram uma série de questionamentos e a resolução precisou retornar para o comitê. Após realizarem as alterações pertinentes a Resolução CBH BIG nº 09 entrou na pauta da 42ª R.O. CTIL, onde os membros fizeram nova análise e aprovaram por unanimidade com indicação para entrar na pauta da 65ª R.O. CERHI-RJ para prestações de conta. A Srta. Livia Soalheiro prosseguiu informando que a Resolução trata-se do plano de Ações e Aplicação Plurianual do Comitê de Bacia Hidrográfica da Baía de Ilha Grande para os anos de 2016-2019, no valor de **R\$ 3.398.197,24** (três milhões, trezentos e noventa e oito mil, cento e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos) com recursos da subconta FUNDRHI da respectiva região, onde: I – **R\$ 1.062.982,95** (um milhão, sessenta e dois mil novecentos e oitenta e dois reais e noventa e cinco centavos) para **Proteção e conservação da biodiversidade**; II – **R\$ 613.500,00** (seiscentos e treze mil e quinhentos reais) para **Mobilização e capacitação ambiental**; III – **R\$ 40.000,00** (quarenta mil reais) para **Planejamento e política**; IV – **R\$ 200.000,00** (duzentos mil reais) para **Gestão a Delegatária (Contrato de Gestão Inea nº 02/12)**; V – **R\$ 1.418.714,29** (um milhão, quatrocentos e oitenta e um mil, setecentos e quatorze reais, vinte e nove centavos) para o **Saneamento**, que são os 70% sobre o percentual do Saneamento como prevê hoje a lei de doação. O recurso que não for utilizado no ano previsto passa a poder ser utilizado no ano seguinte. O plano de ação foi feito através de uma Oficina de Planejamento Participativo para construção do Plano de Atividade que o Comitê organizou em Dezembro de 2014. Tem como objetivo incentivar a conservação da Biodiversidade através da proteção de mananciais, da recuperação e restauração dos recursos naturais, o uso sustentável da terra e o desenvolvimento sustentável. Criar e alimentar o banco de dados com informações relevantes sobre corpos hídricos e utilizar esses dados no planejamento detalhado das ações e escolha de prioridades. Em seguida a Resolução foi aprovada por unanimidade. **5º item: Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a prorrogação da indicação da associação pró-gestão das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul – AGEVAP como entidade delegatária das funções de agência de água, tendo como interveniente os comitês de bacia do Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios, Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (Ref. Resoluções: CBH Rio Dois Rios**

nº 38, CBH MPS nº 49, CBH Piabanha nº 30 e Res. CBH BPS nº 13). A Srta. Livia Soalheiro apresentou este item, e iniciou informando ao CERHI-RJ que os contratos da AGEVAP estão vencendo no final de 2015. Comentou que, já que está no período de renovação, os comitês se mostraram favoráveis à manutenção da AGEVAP enquanto Entidade Delegatária e, além disso, é necessário analisar os recursos da compensação financeira que serão aplicados para essa nova fase contratual. Informou que a primeira resolução trata-se apenas da renovação da indicação da AGEVAP, e que a resolução mencionada no item 6, discute os recursos, onde será apresentado o estudo da compensação financeira para o CERHI-RJ ter ciência do que está sendo aprovado. Então, é necessário ter análise deste contexto para aprovar de uma forma consciente. Esta resolução aprova a continuidade da AGEVAP como Entidade Delegatária dos comitês. A Sra. Eliane Barbosa esclareceu que a Digat junto com a Procuradoria do Inea e a procuradoria da SEA tiveram varias reuniões, sendo uma delas especificamente sobre Contrato de Gestão. Explicou que a discussão e o entendimento de alguns procuradores eram com relação ao prazo do Contrato de Gestão, onde entendiam que só poderia ter uma renovação por mais 01 (um) ano ou 6 (seis) meses. Toda a discussão foi para explicar aos procuradores que o Contrato de Gestão não é um instrumento administrativo que cabe na Lei Federal nº 8.666/1993, portanto deveria haver um contrato diferente, onde pudesse renovar por tempo determinado, se assim fosse o desejo e entendimento do Comitê, e posterior aprovação do CERHI-RJ. Após alguns esclarecimentos a Sra. Eliane Barbosa colocou em votação e a minuta de resolução foi aprovada por unanimidade. **6º item: Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária de funções de agência de água do comitê dos comitês de bacia das regiões hidrográficas do Médio Paraíba do Sul, do Rio Dois Rios, do rio Piabanha e do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (Ref. Resoluções: CBH Rio Dois Rios nº 38, CBH MPS nº 49, CBH Piabanha nº 30 e Res. CBH BPS nº 13).** A Srta. Livia Soalheiro iniciou a apresentação informando que atualmente a legislação prevê que os recursos arrecadados com a compensação financeira, 50% devem ser utilizados em Contrato de Gestão, com a Entidade Delegatária para apoio aos Comitês com baixa arrecadação, porém, no Estado do Rio de Janeiro nunca obteve este conceito, sendo o Comitê Guandu o único que paga integralmente o seu Contrato de Gestão com o recurso da cobrança. Esse estudo vem apontar apenas as receitas que foram utilizadas referentes à compensação financeira, não se trata de aporte de cobrança. Conforme planilha apresentada, em 2015 tem em recursos comprometidos, gastos que não serão executados porque a Delegatária não conseguirá pedir a tempo, e com isso não utilizará o do ano vigente. Mas a previsão de despesa é de R\$ 4.452.512,64 (quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e doze reais e sessenta e quatro), e com relação ao saldo atual (29/10/2015) é R\$ 8.180.602,55 (oito milhões, cento e oitenta mil, seiscentos e dois reais e cinquenta e cinco centavos). Entre o que já foi previsto e o que já foi realizado em 2015 (pago

para as Delegatária) há R\$ 1.632.032,91 (um milhão, seiscentos e trinta e dois mil, trinta e dois reais e noventa e um centavos), ou seja, do saldo de R\$ 8.180.602,55 (oito milhões, cento e oitenta mil, seiscentos e dois reais e cinquenta e cinco centavos) o que tem de não comprometido são R\$ 6.548.569,64 (seis milhões, quinhentos e quarenta e oito reais, quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos). Em 2016, já com a previsão de novos valores para o Contrato de Gestão, tendo o total previsto de despesas de R\$ 5.444.071,62 (cinco milhões, quatrocentos e quarenta e quatro mil, setenta e um reais e sessenta e dois centavos), onde o valor não comprometido de 2015 é de R\$ 6.548.569,64 (seis milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), previsão de arrecadação em 2016 é de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e o valor não comprometido em 2016 é de R\$ 3.104.498,02 (três milhões, cento e quatro mil, quatrocentos e noventa e oito reais e dois centavos). E em 2017, repetiria os valores como se não houvesse atualização, passando o saldo para R\$ 716.205,24 (setecentos e dezesseis mil, duzentos e cinco reais e vinte e quatro centavos), e em 2018 o saldo iria para – (menos) R\$ 1.672.087,54 (um milhão, seiscentos e setenta e dois mil, oitenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos). A Srta. Livia Soalheiro ressaltou a importância dos comitês de bacia entender que essa fonte não está sendo suficiente para suprir a demanda que está sendo sugerida. Citou a proposta da Câmara Técnica de Instrumentos Legais que foi elaborada quando o Estudo da Compensação Financeira foi analisado: aprovar tudo que foi solicitado para o ano de 2016, para que no referido ano esses valores possam ser estudados e que uma proposta de uma divisão objetiva seja feita com os 50% da Compensação Financeira, utilizados pelo Contrato de Gestão. Criando critérios para definir o que é baixa arrecadação e escalonar o recurso. A Srta. Livia Soalheiro colocou em votação a seguinte proposta: parecer da CTIL, em aprovar o parâmetro de 2016 e os valores que foram propostos, e ao longo deste ano que sejam discutidos novos critérios. A proposta e a minuta de Resolução CERHI-RJ foram aprovadas por unanimidade. **7º item: Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a prorrogação da indicação da associação pró-gestão das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul – AGEVAP como entidade delegatária das funções de agência de água, tendo como interveniente o comitê das bacias hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim - Região Hidrográfica II (Ref. Res. CBH Guandu nº 117).** O Sr. Décio Tubbs, considerando a apresentação da Srta. Livia Soalheiro no 6º item, colocou em votação esta minuta de resolução CERHI-RJ, sendo aprovada por unanimidade. **8º item: Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária de funções de agência de água do comitê das bacias hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim - Região Hidrográfica II (Ref. Res. CBH Guandu nº 117).** A Srta. Livia Soalheiro apresentou à minuta de resolução CERHI-RJ que aprova o limite de custeio, por ano, para os próximos 05 (cinco) anos a destinação do valor

de R\$ 2.367.755,75 (dois milhões, trezentos e sessenta e sete mil, setecentos e cinquenta e cinco mil reais e setenta e cinco centavos) dos recursos do FUNDRHI, oriundos da cobrança pelo uso da água, para custeio da operacionalização da Entidade Delegatária do Comitê. Por fim, foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. **9º item: Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária de funções de agência de água do comitê da bacia hidrográfica da Baía de Guanabara - Região Hidrográfica V (Ref. Res. CBH BG nº 28).** A Srta. Livia Soalheiro apresentou a minuta de resolução CERHI-RJ, que aprovar como limite de custeio, para o segundo ano, a destinação do valor R\$ 455.161,28 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, cento e sessenta e um reais e vinte e oito centavos), para o ano de 2016, dos recursos do FUNDRHI, oriundos da compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, para a complementação de custeio de operacionalização da Entidade Delegatária do Comitê. Após alguns esclarecimentos a minuta de Resolução foi aprovada por unanimidade. **10º item: Minuta Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre apoio à secretaria executiva do Fórum Nacional de Comitês de bacias hidrográficas para os exercícios de 2016 e 2017.** A Srta. Livia Soalheiro informou que havia uma resolução que aprovava o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para apoio à secretaria executiva do Fórum Nacional de Comitês, uma vez que o Estado do Rio de Janeiro estava na Coordenação Fórum Nacional do Comitê de Bacias. Porém, esta resolução só aprovava recursos para os anos de 2014 e 2015, mas no ano de 2015 o Sr. Affonso Albuquerque foi reconduzido na coordenação, que passou a ser uma coordenação conjunta com o Estado de Sergipe. Em seguida, a minuta de Resolução foi aprovada por unanimidade. **11º item: Minuta Resolução CERHI-RJ que destina recursos da compensação financeira para complementação dos planos de bacia das Regiões Hidrográficas Médio Paraíba do Sul, Rio Dois Rios, Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana e Piabanha.** O Sr. Paulo Leite comentou sobre a complementação que está sendo feita a revisão do plano de bacia do CEIVAP, onde está sendo realizado um diagnostico sobre toda bacia do Paraíba do Sul. Está sendo discutido com todos os comitês uma proposta de aperfeiçoamento dos cadernos, e cada comitê estadual tem seu caderno específico para sua região dentro do plano de bacia do CEIVAP, porém, isso não é um plano de bacia dos comitês afluentes. Com isso, o foco não é se aproximar dos problemas de cada comitê afluente, portanto a proposta dos 04 (quatro) comitês do Paraíba do Sul do Estado do Rio de Janeiro é aportar esse recurso para que o foco seja feito a partir do que já se tem do plano de bacia do CEIVAP, por isso que o recurso para os 04 (quatro) comitês de bacias é baixo. A proposta é utilizar a base de informações que já existe e todo o trabalho que já está sendo feito dentro do plano de bacia do CEIVAP. O Sr. Sergio Bertoche complementou informando que como os recursos são pequenos, que provavelmente 02 (dois) comitês terão que usar recursos próprios para poder complementar o plano de bacia para que seja um plano detalhado, que

retrate as necessidades e os objetivos dos comitês. O Sr. Roberto Machado comunicou que o plano está previsto para todos os cadernos dos comitês afluentes, porém, houve um entendimento que precisaria de um recorte e que fosse especialmente para os subcomitês. Após tais esclarecimentos a minuta de Resolução foi aprovada por unanimidade. **12º item: Moção que recomenda ao conselho nacional de recursos hídricos análise para definição da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da união em áreas circunscritas a unidades estaduais fluminenses de gerenciamento de recursos hídricos.** A Sra. Moema Versiani fez uma apresentação sobre a Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos de Domínio da União circunscritos a Unidades Estaduais da Gestão. Explanou sobre os problemas dos corpos hídricos de domínio da União com as UGRHs, definidas na Resolução CNRH nº 109/2010, que existem áreas onde a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos pelo SINGREH poderá ficar incompleta no que tange à cobrança pelo uso da água: lacunas a serem resolvidas pelo CNRH. No caso do Estado do Rio de Janeiro, identificou-se a existência de usuários outorgados pela ANA sem a possibilidade de cobrança: as águas são de domínio da União, e estão inseridas em bacias estaduais (caso de UCs federais e de rios federais compartilhados com outros estados onde não há comitê federal previsto). A proposta da Resolução do CNRH é permitir à cobrança em águas de domínio da União em áreas circunscritas às unidades estaduais de gestão, em bacias estaduais com o Comitê/Cobrança/Agência instituídos. O objetivo principal é evitar distorção em bacias estaduais com cobrança implantada e recurso ser revertido para o comitê estadual. O formato da Moção do CERHI-RJ ao CNRH solicita a definição da cobrança em águas federais circunscritas à unidade estaduais de gestão. Após explicação, a minuta de Moção foi aprovada por unanimidade. **13º item: Apresentação da CT-AS sobre a avaliação do Projeto de Lei nº 408, que dispõe sobre a administração, a proteção e a conservação das águas subterrâneas de domínio do estado.** A Sra. Elisa Bento iniciou a apresentação e passou a palavra para a assessora do Deputado André Lazaroni, Sra. Verônica da Matta, para que fizesse um breve relato sobre o histórico da elaboração e das alterações do Projeto de Lei nº 408/2011. A Sra. Verônica da Matta informou que o projeto teve início pelo Deputado Edilson Valentim com o Projeto Lei nº 698/2003, e em 2007 o projeto chegou na Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Alerj. O Deputado Estadual André Lazaroni, então presidente da Comissão, entendeu que o projeto não estava completo e solicitou uma audiência pública em que estiveram presentes os presidentes da FEEMA, do DRM e o da ABAS. Nesta audiência pública ficou decidido que formaria um grupo de trabalho para analisar em cima do substitutivo ao Projeto de Lei nº 698/2003, onde cada presidente designou um técnico para este fim. Após as alterações pertinentes foi realizada uma nova audiência pública com os mesmos presidentes das instituições e todos aprovaram as alterações realizadas. Houve um entendimento baseado nas normas da Alerj, que o Projeto de Lei nº 698/2003 após as alterações fosse nomeado como PL

nº 408/2011. No início do ano de 2015 o professor Duke foi convidado para participar da CPI da Crise Hídrica, que é presidida pelo Deputado Estadual Luiz Paulo Correa da Rocha, e citou o Projeto de Lei nº 408. Após a CPI da Crise Hídrica foi solicitado que o projeto de Lei passasse pelo CERHI-RJ e a Câmara Técnica correspondente do CERHI-RJ é a CT-AS. Com isso, a pedido da Coordenadora da CT-AS, Sra. Elisa Bento, a Sra. Verônica da Matta participou de algumas reuniões da mencionada CT para ajudar na discussão. O projeto foi então revisado, e alguns artigos foram modificados. A versão final passou pela CT-IL e CT-IG, onde foi apresentado e discutido. Em seguida foi encaminhado para Procuradoria do Inea, que emitiu parecer constando sugestões de alteração, onde algumas foram acatadas e outras não, mas todas com as devidas justificativas, e, por fim, foi apresentada na plenária do CERHI-RJ (05/11/2015) para aprovação e posterior retorno para Alerj, através de Ofício CERHI-RJ. A Sra. Elisa Bento fez uma breve síntese sobre as alterações realizadas nas reuniões da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas e Câmara Técnica de Instrumentos Legais, e em seguida o documento foi aprovado por unanimidade. **14º item: Contribuições do CERHI-RJ sobre o Projeto de Lei do PSA:** A Sra. Eliane Barbosa informou que a ALERJ realizou uma audiência pública e que havia convidado informalmente o CERHI-RJ. Porém, na época, recebeu a orientação do Secretário Estadual do Ambiente e do Presidente do INEA que não se manifestassem, já que não havia tido um convite oficial para o CERHI-RJ participar desta discussão. O Sr. Décio Tubbs explicou que sugeriu este item da pauta, pois em nenhum momento CERHI-RJ, INEA e a SEA foram comunicados oficialmente e não conhecem esse Projeto de Lei do PSA. Propôs antecipar esta discussão e análise junto ao CERHI-RJ, para quando houver um comunicado oficial estiverem alinhados. Sugeriu que fosse feita uma Moção onde informa que o CERHI-RJ foi comunicado e não consultado. A Sra. Fátima Casarin ressaltou que o Projeto de Lei do PSA deveria ser encaminhado oficialmente para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Informou, ainda, que o GT PSA é formado por várias instituições que executam o Projeto de PSA e representantes de comitês de bacias. Solicitou que em todas as reuniões do CERHI-RJ o GT-PSA comparecesse para dar informes sobre o Projeto de Lei do PSA. E, por fim, solicitou que fosse feita uma Moção, com o encaminhamento ao Projeto de Lei para aperfeiçoamento, pelo Grupo de Trabalho específico considerando o Decreto. A Sra. Eliane Barbosa sugeriu à plenária que fosse feita uma Moção para ALERJ, solicitando que o mencionado Projeto de Lei fosse apresentado ao CERHI-RJ. Em seguida, a sugestão foi aprovada por unanimidade. **15º item: Apresentação das moções do ENCOB e ECOB.** O Sr. Affonso Albuquerque apresentou a moção que reconduz o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para o Fórum Nacional de Comitês de Bacias, e tirou algumas dúvidas. Por fim, a Plenária solicitou que fosse enviado um relatório de atividades para os membros deste Conselho. A Srta. Livia Soalheiro informou que este relatório já existe e que será enviado em breve, incluindo o programa de trabalho do novo biênio que será atualizado com as

devidas informações e prestações de contas. **16º item: Situação da implementação do PERHI:** A Sra. Moema Versiani solicitou que o item 16 fosse retirado de pauta e que fosse incluído como um dos primeiros itens na próxima reunião do CERHI-RJ (66ª R.O. CERHI-RJ, de 09/12/2015). **17º item: Assuntos Gerais:** **1)** A Sra. Fátima Casarin informou que está representando o Observatório das Águas, que está sendo criado sob a orientação da WWF. Comunicou que nos dias 25 e 26 de novembro, em Brasília, será realizada uma Oficina; **2)** A Sra. Elisa Bento solicitou novos membros na Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, pois tem apenas 03 (três) ou 04 (quatro) membros atuantes e em duas reuniões não teve quórum. Foi solicitada a Secretaria Executiva o controle de frequência para que houvesse uma nova organização no quadro de membros da CT-AS; **3)** O Sr. Marcos Lacerda solicitou que fosse avaliado se poderia constituir o GT de Educação, Mobilização e Informação, para que fosse feita a convocação dos membros interessados e inicializar as reuniões. Os membros do CERHI-RJ votaram, por unanimidade, a favor da criação do novo GT; **4)** A Sra. Vera Martins fez um convite para todos os membros do CERHI-RJ: dia 12/11/2015 o Comitê Médio Paraíba do Sul, irá realizar o II Fórum Rio Preto, onde será discutido os impactos das PCHs nos rios. Será realizado em Rio das Flores, no Centro Cultural. **Questionamentos:** **1)** A Sra. Eliane Barbosa, no item 4, perguntou se o valor de R\$ 1.062.982,95 (um milhão e sessenta e dois mil, novecentos e oitenta e dois reais e noventa e cinco centavos) para Proteção e Conservação da Biodiversidade, está também incluído as espécies e hábitos dos mananciais. A Srta. Livia Soalheiro informou que no caso específico do CBH BIG, destina-se R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) a cada ano para PSA especificamente, e dentro de Proteção e Conservação da Biodiversidade tem outras ações que podem ser utilizadas; **2)** O Sr. Paulo Leite ressaltou que o Programa I e o objetivo do item 4 estão mais parecidos com um objetivo de uma unidade conservação do que de um Comitê, e por ser um Comitê do CERHI-RJ sugeriu que fosse invertido a colocação da Resolução do CBG BIG, onde cita a “a proteção e conservação da água e da biodiversidade”. A Srta. Livia Soalheiro informou que enquanto Coordenadora da CTIL essa avaliação é feita pelo CBH BIG, e o comitê tem que definir quais são as suas prioridades, a área da bacia hidrográfica de Ilha Grande é uma área com muitas unidades de conservação. A Sra. Eliane Barbosa informou que na Resolução CBH BIG explica que “Biodiversidade através da proteção dos mananciais da recuperação e restauração dos recursos naturais”, e sugeriu que independente da aprovação ou não da Resolução que poderia ser criado um título para ficar mais confortável, como: “proteção e conservação da água e da biodiversidade”. A Srta. Livia Soalheiro comunicou que esse era o primeiro plano do CBH BIG e que está começando seu plano de bacia, ou seja, que está em fase de contratação e ao decorrer do plano pode ser alterado, pois tem as prioridades precisas do plano; **3)** O Sr. João Siqueira concordou com o Sr. Paulo Leite e informou que cada comitê tem suas especificidades e que deveria ter um foco maior em recursos hídricos, colocando a água como prioridade

máxima, mas sem esquecer da Biodiversidade. A Sra. Eliane Barbosa complementou informando que nas atividades que estão listadas no 4º item, diz: “Apoiar projetos e programas de monitoramento da água e da recuperação da Biodiversidade”; no 5º item, diz: “Formalizar parceiras para atuação em ações emergenciais ligadas a eventos naturais críticos que afetem a biodiversidade”; e no 6º item: “Apoiar ações de incentivo ao Pagamento sobre Serviços Ambientais”, sendo assim, todos esses itens citados reforçam a recuperação dos mananciais, contratação da gestão na atividade pesqueira, contratar consultorias para assuntos estratégicos e que todas atividades citadas estão “linkadas” e isso é o mais importante; **4)** O Sr. João Siqueira questionou sobre a política do BDE e como os recursos deveriam ser aplicados no Estado do Rio de Janeiro. A Sra. Eliane Barbosa informou que o BDE está dentro da Digat e que, como Diretora do Inea, irá dar prioridade no desenvolvimento. Ressaltou que atualmente o BDE está pronto para auxiliar os comitês e desenvolver todo o banco de dados espaciais. O Sr. Paulo Leite reforçou a importância do desenvolvimento do BDE; **5)** O Sr. Sérgio Bertoche informou que no Fórum Estadual Fluminense foi proposto que fizessem um seminário sobre a arrecadação e sustentabilidade dos comitês e sugeriu que o CERHI-RJ fizesse também. O comitê Piabanha e os comitês afluentes ao Paraíba Sul questionaram a aprovação de recursos para o CAR. A Srta. Livia Soalheiro informou que no momento que o CAR foi aprovado, foi realizada a mesma apresentação feita no 6º item sobre o Estudo da Compensação Financeira; **6)** A Sra. Dalva Mansur falou sobre a importância do valor da água e ressaltou que não é o momento propor aumento e sim realizar estudos para saber o valor real da água. Informou que os comitês junto com o Inea tem se esforçado para estabelecer quais são as outorgas em suas áreas; **7)** A Sra. Moema Versiani informou que o futuro não está na compensação financeira, pois não há nenhuma governabilidade. O Estado passa a totalidade da compensação financeira do setor elétrico para o fundo estadual de recursos hídricos. Porém, o território do Estado do Rio de Janeiro é pequeno, sendo menor o repasse financeiro, e salientou que o futuro está na cobrança pelo uso da água que é de total governabilidade dos comitês de bacia; **8)** A Sra. Maria Aparecida informou que na última reunião do CNRH a ANA apresentou que há um “déficit” no Paraíba do Sul de 70% de valor de desvalorização do recurso da cobrança do CEIVAP, pois não tem o índice de atualização; **9)** O Sr. Humberto Dias perguntou se a CEDAE paga pela água produzida ou pela água vendida, e o Sr. Décio Tubbs respondeu que paga pela água capitada e passa o recurso; **10)** O Sr. Júlio Antunes informou que o governo estadual publicou no Diário Oficial, dia 05/11/2015, um programa de capacitação gestão de recursos dos municípios. Comunicou, também, que dos 92 (noventa e dois) municípios do Estado do Rio de Janeiro, 80 (oitenta) estão inadimplentes.

Encaminhamentos: **1)** O Sr. Paulo Leite sugeriu que fosse incluído na nota técnica “os comitês só são instituídos numa totalidade de bacias hidrográficas ou de sub-bacia hidrográficas”, como consta na Lei 9.433/97, pois isso iria referendar e dar um reforço no que está escrito na Moção.

Perguntou se na minuta da Moção não seria interessante fazer nos considerados uma referência aos comitês, e a Sra. Moema Versiani informou que irá incluir as sugestões e enviar posteriormente por e-mail para todos, através da Secretaria Executiva do CERHI-RJ. **2)** O Sr. Sérgio Bertocche propôs que fosse feito um seminário sobre o tema: cobrança pelo uso da água, sustentabilidade dos comitês, água mineral e etc. **Informes:** **1)** O Sr. Décio Tubbs informou que na tarde do dia 05/11/2015 sairá a minuta de Resolução do CBH Guandu sobre o aumento da Cobrança; **2)** A Sra. Eliane Barbosa ressaltou a importância de saber usar o recurso, pois não argumentos quando se fala na cobrança, quando tem mais de R\$ 159.000.000,00 (cento e cinquenta e nove milhões de reais) na conta do FUNDRIH; **3)** O Sr. Décio Tubbs comunicou que em uma próxima reunião ordinária do CERHI-RJ, em 2016, irá trazer o especialista em água mineral, o Sr. Lúcio Carravilo, para uma apresentação contextualizando sobre o uso água mineral; **4)** O Sr. Décio Tubbs falou que no dia 04/12/2015 haverá um seminário sobre cobrança com a participação dos representantes da ANA, no auditório do INEA, e a Srta. Livia Soalheiro ressaltou que será aberto para os membros do CERHI-RJ e comitês de bacia. O convite oficial será enviado em breve; **5)** A Srta. Livia Soalheiro informou que o ENCOB de 2016 ocorrerá em Salvador/BA, entre os dias 03 e 08 de Julho de 2016. Explicou que por conta das eleições municipais o governo da Bahia, solicitou que fosse antecipado o evento, e que em Julho seria a única época que poderiam dar apoio, com estruturado e local definido; **6)** O Sr. Júlio Antunes informou que foi aprovado o valor da cobrança de R\$ 0,02 (dois centavos) para R\$ 0,04 (quatro centavos) em 2017, e que a partir disso será feito um reajustamento automático pela SELIC; **7)** A Sra. Eliane Barbosa comunicou que indicou alguns membros do CERHI-RJ como representantes (titulares e suplentes) para compor as Câmaras Técnicas do CNRH, e ressaltou que o Estado do Rio de Janeiro irá dividir e alternar entre membros titulares e suplentes com o Estado de São Paulo. E nada mais havendo a tratar, o presidente do CERHI-RJ, o Sr. Décio Tubbs Filho agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 65ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, às 17:30h.

Décio Tubbs Filho
Presidente CERHI-RJ

Eliane P. Barbosa
Secretária Executiva CERHI-RJ